



**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia**  
**Release**  
**Em 31 de Março de 2017 e 2016**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

**Disclaimer**

Esse documento foi preparado pela Coelba S.A. ("COELBA"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da COELBA e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da COELBA.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da COELBA sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Informações Contábeis Intermediárias.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores da COELBA.

**Resultado do Período**

<b>Indicadores Econômicos - R\$ mil</b>	<b>1T17</b>	<b>1T16</b>	<b>Varição %</b>
Receita Operacional Bruta	2.693.274	2.496.910	7,86
Receita Operacional Líquida	1.821.383	1.616.838	12,65
EBITDA	272.203	276.944	(1,71)
Resultado do Serviço	181.167	195.675	(7,41)
Resultado Financeiro	(108.753)	(102.099)	6,52
Lucro Líquido	58.040	67.341	(13,81)
Margem EBITDA (%)	14,94%	17,13%	(2,18)
Margem Operacional (%)	9,95%	12,10%	(2,16)
Margem Líquida (%)	3,19%	4,16%	(0,98)

<b>Indicadores Financeiros - R\$ mil</b>	<b>mar/17</b>	<b>dez/16</b>	<b>Varição %</b>
Ativo Total	10.852.074	10.547.844	2,88
Dívida Bruta	4.762.387	4.448.540	7,06
Patrimônio Líquido	3.066.176	3.008.136	1,93
Dívida Total Líquida	4.403.328	4.161.615	5,81
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	3,93	3,70	6,26
Dívida Total Líquida /(Dívida Total Líquida + PL)	0,59	0,58	1,56
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,28	0,29	(0,93)

Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

\*EBITDA dos últimos 12 meses

**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia**  
**Release**  
**Em 31 de Março de 2017 e 2016**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## 1. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

### 1.1 Número de Consumidores Ativos

A Companhia encerrou em 31 de março de 2017 com o total de 5.852.762 consumidores, representando um crescimento de 1,54%, equivalente a 88.867 novas unidades consumidoras, em relação ao mesmo período de 2016.

O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial, que representa 88,19% dos clientes da Coelba, registrando um crescimento de 1,48% e um incremento de 75.071 novos consumidores em relação ao mesmo período de 2016. Essa evolução representa o crescimento do mercado regulado da Coelba, reflexo dos investimentos realizados para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial o Programa Luz para Todos.

A classe industrial continua apresentando decréscimo no número de consumidores ativos, com uma retração de 4,44%, ainda reflexo da reclassificação de consumidores industriais para comerciais, iniciada em 2016.

Descrição	Número de Consumidores					
	1T16	1T17	Variação Vertical %		Variação Horizontal %	
			1T16	1T17	1T16 / 1T17	
Residencial	5.086.235	5.161.306	88,24%	88,19%	75.071	1,48%
Industrial	15.769	15.069	0,27%	0,26%	-700	-4,44%
Comercial	370.058	377.398	6,42%	6,45%	7.340	1,98%
Rural	214.689	220.780	3,72%	3,77%	6.091	2,84%
Poder Público	48.056	48.326	0,83%	0,83%	270	0,56%
Iluminação Pública	16.835	17.012	0,29%	0,29%	177	1,05%
Serviço Público	11.776	12.397	0,20%	0,21%	621	5,27%
<b>Subtotal</b>	<b>5.763.418</b>	<b>5.852.288</b>	<b>99,99%</b>	<b>99,99%</b>	<b>88.870</b>	<b>1,54%</b>
Consumo Próprio	475	472	0,01%	0,01%	-3	-0,63%
Suprimento	2	2	0,00%	0,00%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>5.763.895</b>	<b>5.852.762</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>88.867</b>	<b>1,54%</b>

### 1.2 Participação do Segmento Baixa Renda na Classe Residencial

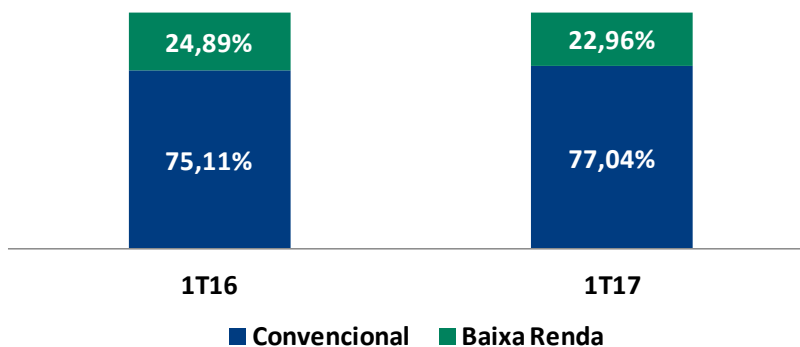
O número de consumidores residenciais em março de 2017 representa 88,19% do total de clientes/contratos ativos, e destes 22,96% são consumidores enquadrados como residencial baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010.

No 1T16 o número de consumidores baixa renda representava 24,89% dos contratos residenciais, sendo esta redução motivada pelo reenquadramento dos clientes nos novos critérios adotados pela ANEEL para a concessão do benefício social, baseados não apenas no consumo, mas em índices de renda e adesão aos demais programas sociais do governo federal.

Descrição	Evolução do número de Consumidores Residenciais	
	1T16	1T17
Convencional	3.820.402	3.976.505
Baixa Renda	1.265.833	1.184.801
<b>Total</b>	<b>5.086.235</b>	<b>5.161.306</b>

**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia**  
**Release**  
**Em 31 de Março de 2017 e 2016**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

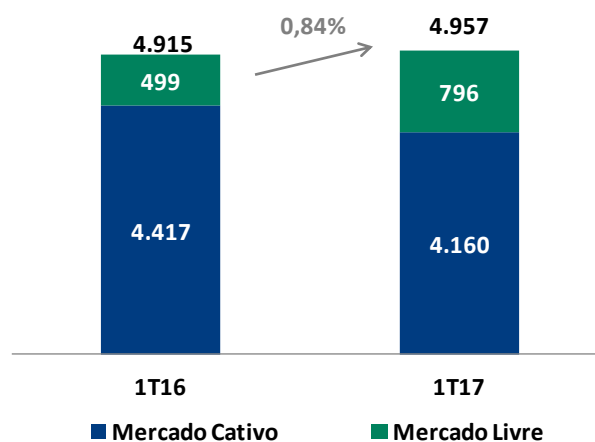


### 1.3 Energia Distribuída

A energia distribuída (cativo + livre) totalizou no 1T17 o volume de 4.957 GWh, um crescimento de 0,84 % com relação a 1T16. A conjuntura econômica desfavorável ajuda a explicar o baixo desempenho da energia distribuída no período.

Vale ressaltar o significativo aumento no movimento de migração de consumidores para o mercado livre. No 1T16 eram 116 consumidores livres, chegando a 217 no 1T17, representando um crescimento de 101 consumidores. Esse movimento contribuiu para o aumento significativo no consumo desse Mercado.

Descrição	Energia Distribuída em GWh			
	1T16	1T17	Variação Horizontal %	
			1T16 / 1T17	
Mercado Cativo	4.417	4.160	-256	-5,81%
Mercado Livre	499	796	298	59,75%
<b>Total</b>	<b>4.915</b>	<b>4.957</b>	<b>42</b>	<b>0,84%</b>



### 1.4 Comportamento do Mercado Cativo

**Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia**  
**Release**  
**Em 31 de Março de 2017 e 2016**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Classe	1T16		1T17		Variação 1T16/1T17		Participação 1T17	
	Receita (R\$ mm)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mm)	Volume (GWh)	Receita	Volume	Receita	Volume
Residencial	1.046	1.813	1.038	1.766	-0,7%	-2,6%	49,7%	42,4%
Industrial	267	646	196	449	-26,5%	-30,5%	9,4%	10,8%
Comercial	545	908	511	843	-6,2%	-7,2%	24,5%	20,3%
Rural	115	384	133	487	15,4%	26,8%	6,3%	11,7%
Poder Público	90	181	91	177	0,7%	-1,9%	4,4%	4,3%
Iluminação Pública	65	247	65	253	-0,6%	2,1%	3,1%	6,1%
Serviço Público	64	233	54	183	-16,5%	-21,8%	2,6%	4,4%
<b>Subtotal</b>	<b>2.192</b>	<b>4.412</b>	<b>2.087</b>	<b>4.156</b>	<b>-4,8%</b>	<b>-5,8%</b>	<b>100,0%</b>	<b>99,9%</b>
Consumo Próprio	-	4	-	4	-	2,7%	0,0%	0,1%
<b>Total</b>	<b>2.192</b>	<b>4.417</b>	<b>2.087</b>	<b>4.160</b>	<b>-4,8%</b>	<b>-5,8%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

No primeiro trimestre de 2017, o volume total de energia vendida no mercado regulado da Companhia foi de 4.160 GWh, representando uma redução de 5,8% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A Receita com o Fornecimento de Energia Elétrica alcançou R\$ 2.087 milhões no 1T17, redução de 4,8 % em relação ao mesmo período do ano anterior, devido a fatores que serão detalhados no item 4.1.1 sobre Receita Operacional.

A classe residencial apresentou no 1T17 uma variação negativa de 2,6% em relação a 1T16, atingindo um consumo de 1.766 GWh. Esta classe detém a maior parcela do consumo cativo da Coelba, com uma participação de 42,4%. A classe tem sido negativamente influenciada pela conjuntura econômica adversa, com aumento no nível de desemprego, queda na renda e aumento no nível de inadimplência. Adicionalmente, o calendário de leitura nesse ano foi bastante desfavorável, na comparação com 2016, impactando negativamente em 62 GWh o resultado da classe.

Influenciada pelo expressivo aumento da migração de consumidores para o mercado livre, a classe industrial cativa apresentou uma retração de 30,5% no 1T17 comparado a 1T16. Além da migração de clientes industriais para o mercado livre, a classe industrial também tem sido afetada pela retração da produção industrial da Bahia, que em janeiro de 2017 apresentou queda de 15,5%, depois de ter fechado o ano de 2016 com recuo de 5,2%.

A classe comercial apresentou redução de 7,2% no primeiro trimestre de 2017, frente a igual período de 2016. O desempenho da classe é explicado pela migração de 48 consumidores para o mercado livre e pela conjuntura econômica, que levou a uma redução de 12,1% no volume de vendas do comércio na Bahia em 2016.

A classe rural registrou um crescimento de 26,8% no consumo do 1T17 em relação 1T16, muito influenciado pelo desempenho de janeiro, quando o aumento foi de 65,9% provocado pela estiagem em áreas agrícolas, o que demandou aumento de consumo por necessidade de irrigação.



A energia injetada atingiu o patamar de 5.969.454 MWh no 1T17, apresentando um acréscimo de 3,6% com relação a igual período de 2016. Do total da energia injetada, 69,7% foi destinada ao consumo regulado, 13,3% para o consumo do mercado livre.

O mercado próprio da distribuidora exigiu 4.160.169 MWh no 1T17, representando um decréscimo de 5,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O mercado livre exigiu a entrega de 796.485 MWh de energia durante o trimestre, representando um acréscimo de 59,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

## 1.6 Energia Contratada

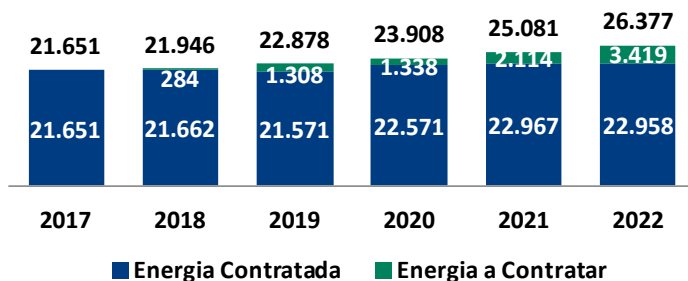
A energia contratada para atender ao mercado da COELBA no primeiro trimestre de 2017, totalizou 5.469 GWh, o que representa um acréscimo de 0,39% em relação a 2016. Este acréscimo foi decorrente do início de vigência dos contratos de leilões dos quais a empresa participou em anos anteriores. A energia foi adquirida a um custo médio total acumulado de R\$ 154,54/MWh, enquanto o PLD médio do Nordeste para o período foi de R\$ 195,97/MWh.

Ainda neste trimestre a COELBA teve uma sobra contratual de 3,75%, o que representa 198 GWh, decorrente do crescimento de mercado abaixo do esperado e do aumento contratual acima citado. Até uma sobrecontratação de 5% os efeitos econômicos são repassados para a tarifa. O volume que exceder poderá constituir ganho ou perda econômica para a companhia em função da diferença entre o valor do PLD a cada período no respectivo submercado e o preço médio da energia contratada.

Este cenário de sobrecontratação foi generalizado entre as distribuidoras do país e neste sentido houve um esforço tanto dos órgãos reguladores quanto dos agentes do setor (compradores e vendedores) no intuito de reduzir as sobras do Brasil. A COELBA participou dos mecanismos regulados existentes para redução do seu nível contratual em 2017 chegando a devolver 13,23% do seu montante contratado atingindo o lastro citado acima.

No gráfico a seguir apresentamos a energia contratada e a contratar em GWh para o período de 2017 a 2022 para o mercado da Companhia em 31/03/2017 baseada na expectativa de crescimento.

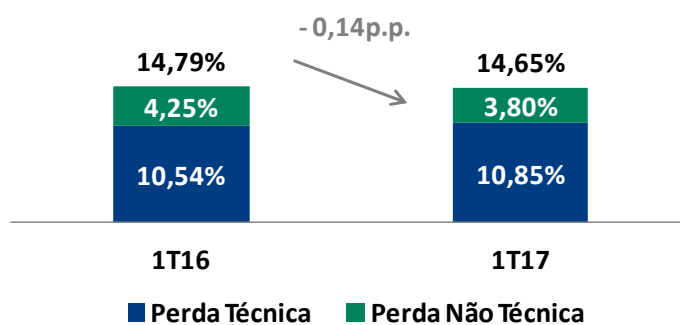
Descrição	Energia Contratada (base 31/03/2017)					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Energia Contratada	21.651	21.662	21.571	22.571	22.967	22.958
Energia a Contratar	0	284	1.308	1.338	2.114	3.419
<b>Total</b>	<b>21.651</b>	<b>21.946</b>	<b>22.878</b>	<b>23.908</b>	<b>25.081</b>	<b>26.377</b>



## 1.7 Índice de Perdas

## Índice de Perdas (%)

Últimos 12 meses



Nota: Valor passível de mudanças, caso ocorram serão informadas no próximo relatório trimestral

### Limite Regulatório

12,38%

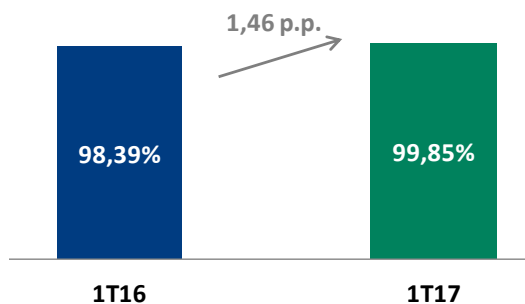
A Coelba apresentou um decréscimo de 0,14 p.p. no Índice de Perdas Globais em relação ao mesmo período de 2016, destacando-se a redução de 0,45 p.p. das Perdas Não Técnicas. A redução deve-se à continuidade na execução das ações previstas no Plano de Redução de Perdas. Até o momento, foram investidos cerca de R\$ 23,53 milhões, onde as principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de 53,2 mil inspeções e recuperação de 34,15 GWh de energia;
- Substituição de aproximadamente 45,5 mil equipamentos de medição;
- Atualização em mais de 18,6 mil pontos de iluminação pública através do levantamento cadastral e mais 12,9 mil pontos através de ação de fiscalização do parque de iluminação pública;
- Regularização de 4,3 mil ligações clandestinas, contribuindo para redução do número de inadimplentes, cortados e auto religados, além da recuperação de créditos.

## 1.8 Arrecadação

O Índice de Arrecadação mede a evolução da arrecadação com energia elétrica e títulos, inclusive de exercícios anteriores, em relação ao faturamento do mês, acumulados no ano ou nos últimos 12 meses. Neste sentido, cabe ressaltar a influência direta dos reajustes na tarifa e das ações de cobrança que interferem no comportamento de pagamento das classes de consumo e, conseqüentemente, na composição deste indicador. A seguir, temos o demonstrativo do índice da Coelba no 1T17 e seu comportamento em relação ao mesmo período de 2016.

## Índice de Arrecadação (%) Últimos 12 meses



No primeiro trimestre de 2017, o Índice de Arrecadação da Coelba apresentou aumento de 1,46 p.p. em relação ao primeiro trimestre de 2016.

Em 2017, o mercado de energia continua sendo impactado negativamente pela conjuntura econômica desfavorável, com os altos níveis de desemprego, inflação e taxas de juros, provocando uma tendência de aumento da inadimplência. Em contrapartida, verificamos o impacto positivo da bandeira tarifária verde em janeiro e fevereiro de 2017, com redução do faturamento em comparação ao mesmo período de 2016, onde incidiu a bandeira vermelha. Em março de 2017, o faturamento voltou a sofrer incremento em decorrência da alteração da bandeira tarifária para amarela, ocasionada pelos baixos níveis dos reservatórios e, conseqüentemente, o acionamento das termoeletricas para geração de energia. As bandeiras tarifárias são definidas mensalmente pela ANEEL.

Apesar do cenário desfavorável, o indicador mostra um crescimento da arrecadação em 2017, como resultado da influência positiva das bandeiras, aliada às estratégias adotadas para intensificar a arrecadação e combater a inadimplência, que exigiu da Coelba um maior desempenho para manter os níveis de arrecadação dos faturamentos por meio de medidas incisivas que assegurassem o resultado. A seguir, as ações que se destacaram:

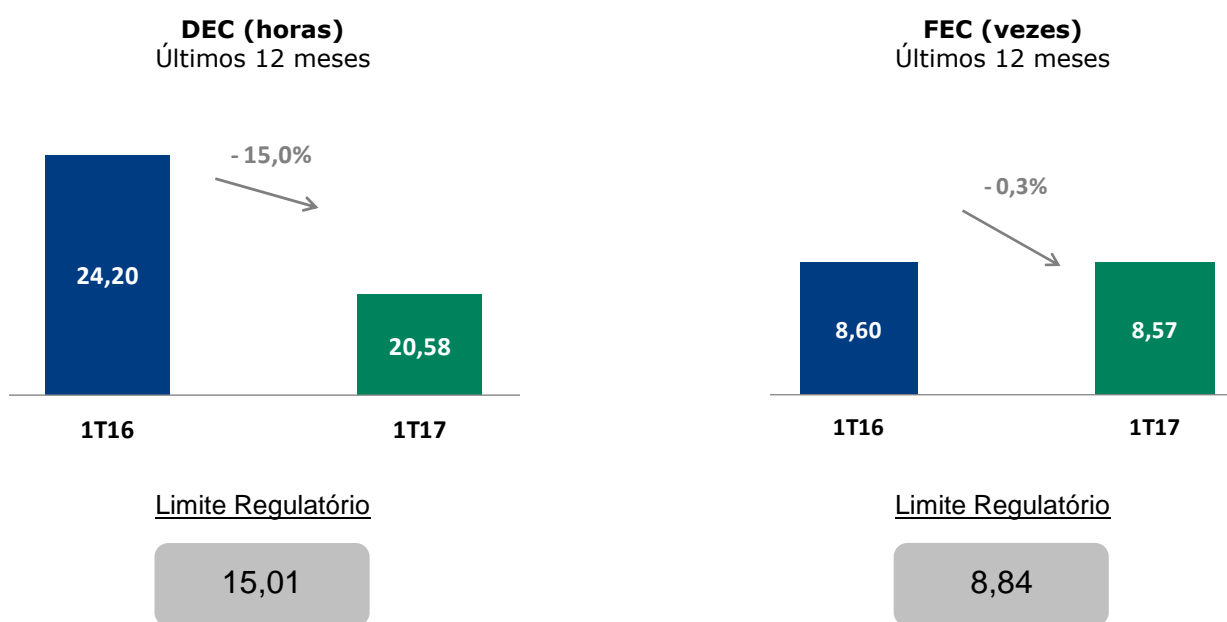
- Intensificação das suspensões de fornecimento de energia elétrica, com 279 mil suspensões no trimestre, representando aumento de 85 mil suspensões em relação ao mesmo período de 2016;
- Manutenção do volume de ações administrativas de menor custo, com foco nas dívidas de baixo risco de recebimento:
  - 2,7 milhões de negativas, com efetividade média de 58%;
  - 4,5 milhões de acionamentos por URA (Unidade de Resposta Audível) e SMS (Serviço de Mensagem);
- Intensificação da atuação das Assessorias de Cobrança, com R\$110 milhões arrecadados em 2017, representando aumento de R\$52 milhões em relação à arrecadação do primeiro trimestre de 2016;
- Otimização das ações de suspensão do fornecimento por meio de atuação em concentrações georeferenciadas;
- Melhoria do processo de seleção de clientes para a negativação, aumentando a efetividade da ação;
- Campanhas de estímulo aos colaboradores das empresas parceiras, o que favoreceu um aumento da efetividade das ações de Assessoria de Cobrança;
- Redução do prazo dos parcelamentos para mitigar o risco de inadimplência e maximizar a arrecadação das parcelas;
- Foco nos maiores débitos dos grandes clientes, com acompanhamento diferenciado e incremento das ações de cobrança;
- Intensificação de visitas e envio de cartas aos órgãos do Poder Públicos e grandes clientes, visando realizar negociação das dívidas antigas;
- Condicionamento da execução de serviços aos clientes do Poder Público à quitação das dívidas mais antigas;

- Interação com a área jurídica para revisão do andamento processual das liminares ativas;
- Implantação de ações de cobrança e campanhas direcionadas aos clientes com opção de pagamento em débito automático, com o objetivo de incrementar a base de clientes nesta modalidade e elevar a recuperação do débito.

### 1.9 Indicadores de Qualidade no Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição de energia elétrica. O cálculo desses índices considera a média móvel dos últimos 12 meses.

A apuração dos indicadores de qualidade acumulado 12 meses até o primeiro trimestre de 2017 apresentou uma trajetória decrescente. A Coelba apresentou o DEC 3,62 horas e o FEC 0,03 vezes abaixo dos índices apurados no mesmo período do ano anterior. Esse cenário é reflexo dos investimentos da Companhia na melhoria da qualidade da sua rede de distribuição e da eficiência no atendimento as ocorrências identificadas na rede.



## 2 INVESTIMENTOS

A Companhia vem realizando investimentos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a continuidade e a qualidade do fornecimento de energia para atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. No acumulado no ano até março de 2017, foi investido, líquido de subvenções, o montante de R\$ 392.677 mil

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados para a melhoria dos indicadores de qualidade, o combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões (com destaque para o Programa Luz para Todos).

### 2.1 Programa Luz Para Todos

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003 destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira sem acesso a esse serviço público, sendo prorrogado até o ano de 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 08 de julho de 2011. Em 30 de dezembro de 2014, por meio do Decreto Nº 8.387 o Programa Luz para Todos foi prorrogado, até 2018.

A COELBA faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R\$ 4,1 bilhões e participação financeira da Companhia, do Governo Estadual e do Governo Federal.

De janeiro de 2004, o início do programa, até março de 2017, a distribuidora já realizou 587.886 ligações, beneficiando diversos consumidores do meio rural e residencial baixa renda no Estado da Bahia.

Programa Luz para Todos	
Ligações executadas até 2009	353.209
Ligações executadas em 2010	75.637
Ligações executadas em 2011	39.888
Ligações executadas em 2012	26.726
Ligações executadas em 2013	34.766
Ligações executadas em 2014	18.704
Ligações executadas em 2015	13.732
Ligações executadas em 2016	21.629
Ligações executadas até 31/03/2017	3.595
<b>Total de Ligações Executadas</b>	<b>587.886</b>

### 3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### 3.1 Resultado do Trimestre

Descrição	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	1T17	1T16	R\$ Mil	%
<b>Receita Bruta</b>	<b>2.693.274</b>	<b>2.496.910</b>	<b>196.364</b>	<b>7,86</b>
Deduções da Receita Bruta	(871.891)	(880.072)	8.181	(0,93)
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.821.383</b>	<b>1.616.838</b>	<b>204.545</b>	<b>12,65</b>
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.487.772)	(1.280.050)	(207.722)	16,23
<b>Resultado Bruto</b>	<b>333.611</b>	<b>336.788</b>	<b>(3.177)</b>	<b>(0,94)</b>
Outras Despesas Operacionais	(152.444)	(141.113)	(11.331)	8,03
<b>Resultado do Serviço (I)</b>	<b>181.167</b>	<b>195.675</b>	<b>(14.508)</b>	<b>(7,41)</b>
Amortização / Depreciação	91.036	81.269	9.767	12,02
<b>EBITDA</b>	<b>272.203</b>	<b>276.944</b>	<b>(4.741)</b>	<b>(1,71)</b>
Resultado Financeiro (II)	(108.753)	(102.099)	(6.654)	6,52
<b>Resultado Operacional (I) + (II)</b>	<b>72.414</b>	<b>93.576</b>	<b>(21.162)</b>	<b>(22,61)</b>
IR e CSLL	(14.374)	(26.235)	11.861	(45,21)
<b>Lucro do Período</b>	<b>58.040</b>	<b>67.341</b>	<b>(9.301)</b>	<b>(13,81)</b>

### 3.1.1 Receita Operacional

#### 3.1.1.1 Receita Operacional Bruta

Receita Operacional Bruta - R\$ Mil	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	1T17	1T16	R\$ Mil	%
Residencial	1.038.398	1.046.191	(7.793)	(0,74)
Industrial	195.920	266.668	(70.748)	(26,53)
Comercial	511.314	544.923	(33.609)	(6,17)
Rural	132.544	114.887	17.657	15,37
Poder Público	90.988	90.385	603	0,67
Iluminação Pública	64.541	64.914	(373)	(0,57)
Serviço Público	53.635	64.203	(10.568)	(16,46)
Receita de Uso de Rede	74.177	47.278	26.899	56,90
<b>Fornecimento Faturado</b>	<b>2.161.517</b>	<b>2.239.449</b>	<b>(77.932)</b>	<b>(3,48)</b>
Fornecimento Não Faturado	39.695	(10.694)	50.389	(471,19)
<b>Fornecimento de energia</b>	<b>2.201.212</b>	<b>2.228.755</b>	<b>(27.543)</b>	<b>(1,24)</b>
Subvenção à tarifa social baixa renda	158.252	123.561	34.691	28,08
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	37.385	17.285	20.100	116,29
Valores a Receber da parcela A e Outros Itens Financeiros	(86.254)	(173.780)	87.526	(50,37)
Receita de construção da infraestrutura da concessão	344.416	212.809	131.607	61,84
Outras receitas	38.263	88.280	(50.017)	(56,66)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>2.693.274</b>	<b>2.496.910</b>	<b>196.364</b>	<b>7,86</b>

A Companhia apresentou no primeiro trimestre de 2017 uma Receita Bruta de R\$ 2.693.274 mil, representando um aumento de 7,9% em relação ao valor de R\$ 2.496.910 mil alcançado no primeiro trimestre de 2016.

Os fatores determinantes pelo aumento da Receita Bruta foram:

- O aumento na receita de uso de rede do consumidor livre em 56,9%, no valor de R\$ 26.899 mil, em virtude, principalmente, da migração de clientes industriais para o mercado livre que contribuiu com um aumento do consumo em 298 GWh, representando um crescimento de 59,8%, assim o impacto do efeito volume foi positivo em R\$ 28.250 mil. Em contrapartida foi registrada uma redução no preço médio por consumo do mercado livre de 1,8%, assim o efeito preço foi negativo em R\$ 1.351 mil.
- Aumento de 116,3%, no valor de R\$ 20.100 mil, na venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE”, em função do aumento do volume das sobras de energia registradas no primeiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016. Esse aumento foi compensado parcialmente pela redução 19% do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, que é utilizado nas transações da CCEE, quando comparamos os dois períodos em análise.
- A variação positiva de R\$ 87.526 mil entre os trimestres é resultante da redução da constituição normal passiva no valor de R\$ 71.521 mil, e da redução da amortização normal passiva no valor de R\$ 16.004 mil, com base nos saldos homologados pela ANEEL nos reajustes tarifários de 2016 e 2015.
  - ✓ No 1T17, a conta contábil dos “Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros” apresentou o valor passivo de R\$ 86.254 mil, sendo composto da constituição normal dos passivos de R\$ 29.182 mil decorrentes os custos realizados abaixo da cobertura tarifária e R\$ 57.072 mil referente à reversão passiva da Parcela A.
- Aumento de 61,84%, representando R\$ 131.607 mil, na Receita de Construção de Infraestrutura da Concessão devido ao maior volume de investimentos nesse trimestre, sem impacto no resultado, pois temos a contrapartida de Custos no mesmo valor.

O aumento da Receita foi compensado parcialmente pela:

- Redução da Receita de Fornecimento Faturado em R\$ 104.831 mil, excluindo-se o efeito do uso de rede de R\$ 26.899, decorrente, principalmente, de dois efeitos: (i) Efeito do Preço da Energia Distribuída e (ii) Efeito do Volume da Energia Distribuída

- (i) Efeito Preço: O aumento do preço impactou positivamente a Receita de Fornecimento em R\$ 22.611 mil devido ao Reajuste Tarifário Anual aplicado a partir de abril de 2016 com incremento médio percebido pelo consumidor na tarifa de 10,72% e ao comportamento do consumo faturado quando analisamos os dois períodos. Por outro lado, mudança de patamar da Bandeira Tarifária compensou parcialmente os efeitos positivos. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 a bandeira vermelha estava em vigor e em março a amarela, assim uma receita complementar era adicionada a cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Em contrapartida, em 2017 a bandeira verde entrou em vigor durante os meses de janeiro e fevereiro – sem receita adicional para as empresas, ou custo adicional para os consumidores – em março a bandeira acionada foi a amarela assim como no mesmo período do ano anterior.
- (ii) Efeito do Volume: A redução do volume de energia distribuída de 5,81% no mercado cativo, com destaque para a queda da classe industrial, impactou negativamente a Receita de Fornecimento em R\$ 127.442 mil. Esse cenário é resultado da migração dos clientes do mercado cativo para o mercado livre.

### 3.1.1.2 Deduções da Receita Bruta

Deduções da Receita Bruta	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	1T17	1T16	R\$ Mil	%
<b>IMPOSTOS (ICMS / PIS / COFINS / ISS)</b>	<b>(693.018)</b>	<b>(735.347)</b>	<b>42.329</b>	<b>(5,76)</b>
<b>ENCARGOS SETORIAIS</b>	<b>(178.873)</b>	<b>(144.725)</b>	<b>(34.148)</b>	<b>23,60</b>
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(146.078)	(146.880)	802	(0,55)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(7.298)	(6.797)	(501)	7,37
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.919)	(2.704)	(215)	7,95
Encargos do Consumidor - CCRBT	(14.164)	19.206	(33.370)	(173,75)
Outros (FNDCT / EPE / PROINFA)	(8.414)	(7.550)	(864)	11,44
<b>(-) Dedução da receita bruta</b>	<b>(871.891)</b>	<b>(880.072)</b>	<b>8.181</b>	<b>(0,93)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.821.383</b>	<b>1.616.838</b>	<b>204.545</b>	<b>12,65</b>

As Deduções da Receita bruta registraram uma redução de R\$ 8.181 mil em relação ao mesmo período do ano anterior devido ao efeito líquido dos fatores abaixo.

- Redução de 5,76% nos impostos sobre a receita (ICMS, PIS/COFINS e ISS), no valor de R\$ 42.239 mil, devido ao aumento do PIS e COFIN efetivos a recuperar, portanto, afetando a dedução de maneira positiva;
- Acréscimo de 23,60%, no valor de R\$ 34.148 mil nos encargos setoriais, devido, principalmente a variação do encargo da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT referente ao maior montante repassado à conta centralizadora no primeiro trimestre de 2017 em relação ao primeiro trimestre de 2016.

A Receita Operacional Líquida registrou um aumento de R\$ 204.545 mil, sendo R\$ 1.821.393 mil do primeiro trimestre de 2017 em relação ao valor de R\$ 1.616.838 mil do mesmo período de 2016.

### 3.1.2 Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis	Acumulado -R\$ Mil		Variação	
	1T17	1T16	R\$ Mil	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(791.834)	(695.524)	(96.310)	13,85
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	(69.681)	(117.572)	47.891	(40,73)
Taxa de Fiscalização – TFSEE	(2.229)	(2.035)	(194)	9,53
<b>Subtotal</b>	<b>(863.744)</b>	<b>(815.131)</b>	<b>(48.613)</b>	<b>5,96</b>
Custos e Despesas Gerenciáveis	1T17	1T16	R\$ Mil	%
Pessoal e Administradores	(102.159)	(90.235)	(11.924)	13,21
Material	(8.069)	(6.403)	(1.666)	26,02
Serviços de terceiros	(176.234)	(173.478)	(2.756)	1,59
Indenizações	(23.469)	(7.970)	(15.499)	194,47
Depreciação e amortização	(91.036)	(81.269)	(9.767)	12,02
Provisões Líquidas - PCLD	(22.713)	(25.048)	2.335	(9,32)
Provisões Líquidas - Contingências	4.931	1.994	2.937	147,29
Custo de Construção	(344.416)	(212.809)	(131.607)	61,84
Outros	(13.307)	(10.814)	(2.493)	23,05
<b>Subtotal</b>	<b>(776.472)</b>	<b>(606.032)</b>	<b>(170.440)</b>	<b>28,12</b>
<b>Total</b>	<b>(1.640.216)</b>	<b>(1.421.163)</b>	<b>(219.053)</b>	<b>15,41</b>

Os custos e despesas operacionais no primeiro trimestre de 2017 alcançaram R\$ 1.640.216 mil um aumento de 15,41% em relação ao primeiro trimestre de 2016 que foi de R\$ 1.421.163 mil. Essa variação é, basicamente, o efeito líquido dos seguintes fatores:

- Aumento do custo da energia elétrica comprada para revenda, em R\$ 96.310 mil, decorrente principalmente dos fatores descritos a seguir.
  - ✓ Aumento de R\$ 69.025 mil nos custos de energia de leilão do ACR devido ao acréscimo de 486,7 GWh em 1T17 em relação ao mesmo período de 2016, devido aos novos contratos e motorização dos leilões estruturantes.
  - ✓ Aumento em R\$ 9.074 mil com energia adquirida no contrato bilateral em função do aumento do custo da tarifa de Termopernambuco.
  - ✓ Aumento de R\$ 46.910 mil na Energia de Curto Prazo (PLD), que apesar do baixo custo no 1T17 em relação ao 1T16, é explicada pela redução do custo no MCP devido às sobras de energia e exposição financeira provocada pela diferença entre os preços de PLD nos submercados gerando receita de R\$ 29.541 mil em 2016.

Esse aumento foi compensado pela:

  - ✓ Variação positiva de R\$ 13.120 mil, pois não ocorreu custo com o Encargo de Energia de Reserva – EER em 1T17, porque as receitas das usinas no mercado de curto prazo foram suficientes para cobrir os seus custos fixos.
  - ✓ Variação positiva de R\$ 23.121 mil referente aos custos variáveis de curto prazo, que apesar do aumento do PLD, a Coelba possui um elevado montante de cotas em seu portfólio e o aumento do GSF de 97% em 2016 para 108% em 2017 provocou uma redução desse custo.
- Encargos de uso do sistema de transmissão, variação favorável de R\$ 47.891 mil, decorrente da melhora do cenário hidrológico, evidenciado pelo patamar verde da Bandeira Tarifária em relação ao ano mesmo período do ano passado onde ela era vermelha, e conseqüente redução do despacho das usinas termoeletricas, favorecendo o equilíbrio entre custo e receita. Essa melhora de cenário gerou o impacto positivo nos Encargos de Serviço do Sistema – ESS.
- Aumento de 13,21%, representando R\$ 11.924 mil, no Custo com Pessoal e Administradores devido, principalmente, a reajustes nas remunerações em função do novo acordo coletivo.

- Aumento de R\$ 15.499 mil nas Indenizações devido ao maior volume de pagamentos de processos no Juizado Especial Cível
- Aumento de 61,84%, representando R\$ 131.607 mil, no Custo de Construção de Infraestrutura da Concessão devido ao maior volume de investimentos nesse trimestre, sem impacto no resultado, pois temos a contrapartida de Receita no mesmo valor.

### 3.1.3 Resultado Financeiro Líquido

Descrição	1T17	1T16	R\$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	4.423	22.620	(18.197)	(80,45)
Juros, comissões e acréscimo moratório	9.691	10.576	(885)	(8,37)
Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais	2.490	187.304	(184.814)	(98,67)
Instrumentos financeiros derivativos	(115.100)	(295.108)	180.008	(61,00)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(1.502)	(5.650)	4.148	(73,42)
Remuneração financeira da parcela A e outros itens financeiros	376	6.647	(6.271)	(94,34)
Obrigações pós emprego	(16.381)	(11.313)	(5.068)	44,80
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	7.250	(17.175)	24.425	(142,21)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(108.753)</b>	<b>(102.099)</b>	<b>(6.654)</b>	<b>6,52</b>

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 108.753 mil no primeiro trimestre de 2017, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 102.099 mil no mesmo período de 2016, representando uma variação desfavorável de R\$ 6.654 mil. As variações decorrem dos principais fatores descritos a seguir:

- Variação negativa da renda de aplicações financeiras em R\$ 18.197 mil, decorrente principalmente da redução no saldo médio das disponibilidades de caixa do 1º tri de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior e redução do rendimento nominal médio da aplicação do período que foi de 12,21% contra 13,51% do 1º Trimestre de 2016.
- Variação desfavorável de R\$ 4.806 mil, decorrente dos seguintes efeitos: (i) Aumento no volume da dívida entre o 1T16 e o 1T17, impactando negativamente em R\$ 11.229 mil; (ii) Aumento dos juros incorporados aos investimentos (Juros sobre Obras em Andamento – JOA), que representam um efeito positivo de R\$ 3.397 mil; (iii) As variações dos indexadores e moedas dos contratos, atreladas ao aumento do saldo devedor, representam um efeito positivo de R\$ 3.026 mil.

### 3.1.4 Conciliação entre o EBITDA e Lucro Líquido

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA	1T17	1T16	Varição (R\$)	Varição (%)
Lucro líquido	58.040	67.341	(9.301)	(13,81)
Despesas financeiras	407.654	755.540	(347.886)	(46,04)
Receitas financeiras	(298.901)	(653.441)	354.540	(54,26)
Imposto de renda	10.535	22.230	(11.695)	(52,61)
Amortização	91.036	81.269	9.767	12,02
Amortização de ágio	3.839	4.005	(166)	(4,14)
<b>EBITDA</b>	<b>272.203</b>	<b>276.944</b>	<b>(4.741)</b>	<b>(1,71)</b>

## 4 ENDIVIDAMENTO

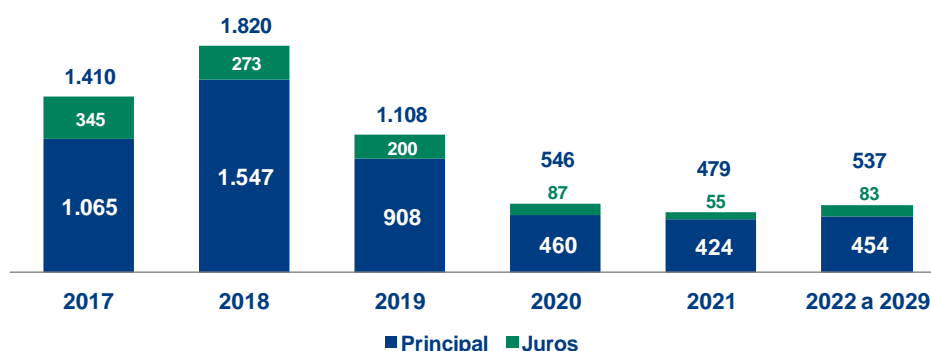
A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, derivativos e encargos, passou de R\$ 4.448.540 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 4.762.387 mil em 31 de março de 2017, apresentando aumento de R\$ 313.847 mil equivalente a 7,06%.

A dívida líquida da Coelba (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou março de 2017 com R\$ 4.403.328 mil, 5,81% maior do que a verificada em dezembro de 2016 que encerrou com R\$ 4.161.615 mil.

O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 3,70 em 31 de dezembro de 2016 para 3,93 em 31 de março de 2017.

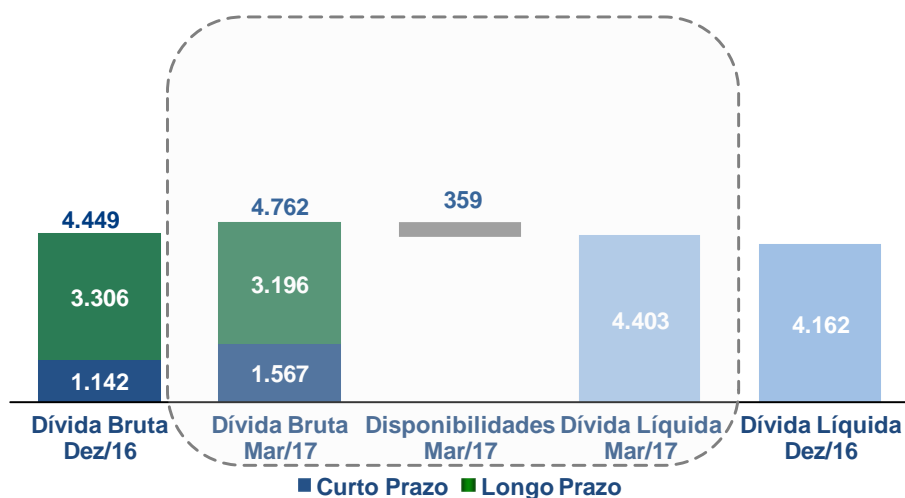
O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de março de 2017. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2017, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.

**Cronograma de Esgotamento da Dívida (R\$ Milhões)**



Nota: O gráfico considera as curvas futuras de esgotamento da dívida.

**Evolução da Dívida (R\$ Milhões)**



## 5 RATING

Em 10 de Setembro de 2015, a Standard & Poor's – S&P rebaixou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern para 'BB+' na Escala Global e 'brAA+' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa para ambos. Este movimento foi reflexo do rebaixamento do Rating soberano do Brasil, devido à condição de setor regulado em que a distribuição de energia elétrica está inserida. A Itapebi e Termopernambuco também sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de brAA+ para brAA.

Em 17 de fevereiro de 2016, a agência de rating S&P rebaixou novamente o Rating soberano do Brasil. Devido à condição do setor regulado citada no primeiro parágrafo deste item, os ratings de crédito corporativo da Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern foram rebaixados de 'brAA+' para 'brAA-' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa. Nessa data a Itapebi, Termopernambuco e NC Energia sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de 'brAA' para 'brA+'.

Em 27 de março de 2017, a S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo estabelecidos na revisão anterior atribuídos a Neoenergia e suas subsidiárias.

É importante ressaltar que, mesmo após o rebaixamento, a Neoenergia permanece entre as melhores empresas na escala de classificações do Rating do setor elétrico, tendo o maior rating que uma empresa brasileira e regulada poderia ter.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos ratings na escala nacional de créditos corporativos atribuídos à Neoenergia e às distribuidoras do Grupo, além das emissões de debêntures das geradoras e da NC Energia.

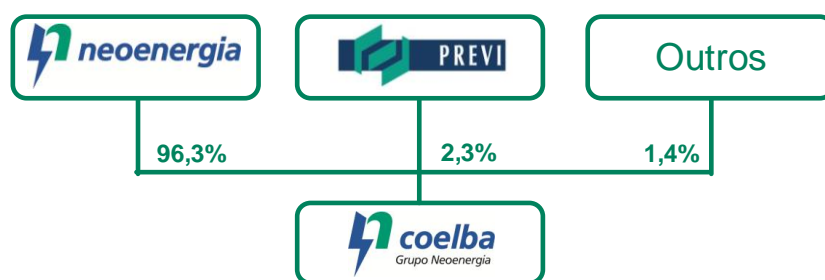
Rating Corporativo - Escala Nacional	2014	2015		2016	2017
		Até Setembro	A partir de Setembro		
<b>NEOENERGIA</b>	<b>AAA</b>	<b>AAA</b>	<b>AA+</b>	<b>AA-</b>	<b>AA-</b>
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
<b>COELBA</b>	<b>AAA</b>	<b>AAA</b>	<b>AA+</b>	<b>AA-</b>	<b>AA-</b>
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
<b>CELPE</b>	<b>AAA</b>	<b>AAA</b>	<b>AA+</b>	<b>AA-</b>	<b>AA-</b>
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
<b>COSERN</b>	<b>AAA</b>	<b>AAA</b>	<b>AA+</b>	<b>AA-</b>	<b>AA-</b>
Perspectiva	Estável	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
<b>ITAPEBI (Rating de Emissão)</b>	<b>AA+</b>	<b>AA+</b>	<b>AA</b>	<b>A+</b>	<b>A+</b>
<b>TERMOPE (Rating de Emissão)</b>	<b>AA+</b>	<b>AA+</b>	<b>AA</b>	<b>A+</b>	<b>A+</b>
<b>NC Energia (Rating de Emissão)</b>			<b>AA</b>	<b>A+</b>	<b>A+</b>

## Informações Complementares

### 1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA é a concessionária de serviço público de energia elétrica destinada a explorar os sistemas de subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado da Bahia, atendendo a uma população estimada de 15 milhões de habitantes em 415 dos 417 municípios do Estado.

#### 1.1 Composição acionária da COELBA



### 2. TARIFAS

#### 2.1 Reajuste / Revisão Tarifária

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.066 de 19 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de abril de 2016, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 16,07%, dos quais 12,18% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 3,89% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 10,72%, conforme tabela a seguir.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2016 com vigência até 21 de abril de 2017.

Grupo de Consumo	Varição Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	10,64%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	10,76%
<b>Efeito tarifário médio AT+BT</b>	<b>10,72%</b>

#### 2.2 Bandeira Tarifária

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia estão sendo faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias, segundo a Resolução Normativa nº 547/2013 da ANEEL. As bandeiras tarifárias consideram as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

O sistema possui três classificações de bandeiras que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. Em 27 de fevereiro de 2015 os valores das Bandeiras Tarifárias foram ajustadas conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1859/2015. Posteriormente tais valores e faixas foram ajustados por meio

da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016. Recentemente, em fevereiro de 2017, os valores foram ajustados por meio da Resolução Homologatória nº 2.203, de 14 de fevereiro de 2017:

- Bandeira verde: A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,020 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 2,00 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.
- Bandeira vermelha patamar 1: A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,030 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.
- Bandeira vermelha patamar 2: A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,035 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 3,50 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.

Nos meses de janeiro de 2015 a janeiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha foi acionada. Em fevereiro de 2016 passou a vigorar a bandeira vermelha patamar 1, em março de 2016, a bandeira amarela e de abril a outubro de 2016, a bandeira verde. Em novembro de 2016 foi acionada a bandeira amarela. De dezembro de 2016 a fevereiro de 2017 vigorou a bandeira verde e em março de 2017 foi acionada a bandeira amarela.